



EDITORIAL

Refrações da crise sanitária, econômica e política no Brasil: os impactos diferenciados em mulheres, negros e índios

Refractions of the sanitary, economic and political crisis in Brazil: the different impacts on women, blacks and Indians

Jane Cruz Prates¹

orcid.org/0000-0003-0539-3600
jprates@pucrs.br

Recebido em: 10/8/2020.

Aprovado em: 12/8/2020.

Publicado em: 30 out. 2020.

Vivemos a maior crise sanitária da Humanidade no período de capitalismo globalizado, são 18.445.787 contaminados e 691.740 mortos no mundo (BRASIL, 2020).² O Brasil tem hoje cerca de 6,5% dos casos mundiais de pessoas contaminadas pelo novo Coronavírus e 13,8% dos mortos pela doença no mundo, embora sua população represente 2,7% da população mundial.³

Os impactos dessa crise ainda em curso, seguramente vão se fazer sentir por muito tempo, na medida em que deixa um saldo amargo de muitas mortes e agravos a saúde, acentua as refrações de uma economia que ainda não se recuperara da última crise vivenciada em 2008 e ainda impõe modos de trabalho e de vida que, para muitos, são inexecutáveis, dadas as suas condições materiais de existência.

A pandemia provocada pelo COVID-19 precariza ainda mais o trabalho que, antes da crise, já sofria reestruturações, e impunha aos trabalhadores uma condição de subalternidade, servidão e adoecimento. Na verdade, a pandemia explicita fragilidades de um sistema esgotado, que agride de modo desmedido a natureza, não consegue garantir a proteção social da humanidade e que, cada vez, mais provocará catástrofes que ceifam vidas humanas direta ou indiretamente.

Pretende-se aportar algumas reflexões sobre esse contexto e mais particularmente abordar o caso brasileiro que, além da crise sanitária, vivencia uma crise econômica e política, sem precedentes. Fala-se de um país de capitalismo tardio e dependente que passou por longos períodos de colonialismo, ditadura e cujas políticas de proteção historicamente tiveram a marca da focalização, da moeda de troca e do favor.

As crises do capitalismo, já dizia Marx (1989), são intrínsecas à sua conformação, fazem parte de sua própria constituição, mas durante o seu curso o capitalismo mostra sua face mais cruel, sua selvageria pura (MARX, 2011).



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, RS, Brasil.

² BRASIL. Ministério da Saúde. **Painel Coronavírus**. Brasília, DF: Ministério da Saúde. 2020. Disponível em: <https://www.covid.saude.gov.br>. Acesso em: 3 de ago. 2020.

³ FOLHA DE S.PAULO (São Paulo). **Coronavírus**. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/coronavirus>. Acesso em: 8 ago. 2020

No caso brasileiro, medidas recentes de austeridade como justificativa para enfrentamento da crise foram centrais para o desmonte de um sistema de proteção social, ainda jovem e inconcluso, que vinha recebendo pouco investimento nos últimos anos, situação agravada a partir da implementação da Emenda Constitucional 95 (PRATES, 2016).

A EC 95, aprovada ainda no governo Temer, congela as despesas primárias, reduzindo-as em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), por 20 anos, impactando na manutenção das políticas de seguridade social e da educação. Só na área da saúde, em 2019, a perda de recursos, como consequência da Emenda Constitucional da Morte, como é conhecida, significou uma redução de 9,5 bilhões para a manutenção do Sistema Único de Saúde (SUS).

Na verdade, a aplicação de teto para o gasto público não é novidade no capitalismo. Porém, estudo que versa sobre as regras fiscais aplicadas em 89 países, publicado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), mostra que a EC 95, aprovada no Brasil, não tem paralelo em relação ao resto do mundo, devido ao longo prazo de duração (uma geração) e a exclusão de despesas com os juros da dívida pública. Portanto, muda o regime fiscal e não resguarda os gastos sociais e a proteção de programas de transferência de renda, do seguro desemprego, os gastos com saúde e educação. Logo, não se trata apenas de conter o gasto público, argumento utilizado para justificar sua implementação, mas de alterar a Constituição Federal, mostrando seu caráter definitivo (MARQUES; NAKATANI, 2019).

As repercussões da EC 95 se fazem sentir com maior visibilidade quando o Brasil precisa dar respostas à pandemia através do Sistema Único de Saúde. Sem dúvida, a existência de um Sistema de Saúde do porte do SUS e com sua capilaridade, tem evitado que os agravos à população brasileira sejam ainda maiores. Contudo, a perspectiva de transformar políticas como saúde e educação em novos nichos de mercado, como parte da proposta neoliberal ortodoxa, implementada nos últimos governos, de Temer e Bolsonaro, reduziram a potencialidade do Sistema, agudizando a sua precarização. Ademais,

de março a maio deste ano de 2020, mais de 250 mil pessoas desligaram-se de planos de saúde privados, por não poder mais pagar, 70% dos casos são de planos coletivos, o que ampliará ainda mais as demandas do SUS.

Não é preciso muito esforço para se reconhecer que uma pandemia dessas proporções afeta de modo desigual e mais acentuado aqueles que já não dispunham de condições dignas de existência, como o acesso à água, à moradia, à alimentação, à acessibilidade, ao reconhecimento.

A precariedade do saneamento ambiental no Brasil chega a ser maior do que em países como Iraque e Azerbaijão, são 35 milhões de pessoas sem acesso à água tratada, dos quais metade não conta com coleta de esgoto (ARANHA, 2020).

Conforme estudos da Universidade Federal de Pelotas, nos municípios que ocupam o topo do *ranking* de casos *per capita* de COVID-19, o abastecimento de água é precário. Segundo os pesquisadores, mesmo onde existe o serviço, ele é frequentemente interrompido, o que dificulta os cuidados de higiene recomendados para proteger-se de contágios, como lavar as mãos com frequência. Ademais, a falta de água tratada e de coleta de esgoto, segundo o Instituto Trata Brasil, leva 230 mil pessoas por ano a internação hospitalar por problemas ocasionados pelo uso de água contaminada por microrganismos, tais como hepatite, leptospirose, diarreias agudas, entre outras infecções. Em razão dessas precárias condições de vida, essas pessoas, segundo especialistas, estão mais vulneráveis ao contágio do Coronavírus e aos agravos dele decorrentes (ARANHA, 2020).

Mulheres e negros na pandemia

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estima que o Brasil tenha hoje, 210.147.125, e as pessoas com mais de 60 anos, representem 16,2% da população. Segundo os dados do Instituto, em junho de 2020, o rendimento médio real normalmente recebidos de todos os trabalhos das pessoas ocupadas no Brasil seria de R\$2.332,00, contudo, o rendimento médio efetivamente recebido no período foi de R\$1.944,00.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios COVID-19 (PNAD COVID-19), mostra que, em junho desse ano, o número de desempregados no Brasil foi acrescido de 1,68 milhão de pessoas, ou seja, uma alta de 16,6% se comparado a maio de 2020, totalizando 11,8 milhões de brasileiros desocupados no país. Ressalte-se que, o estudo só leva em consideração quem procurou trabalho, o que é dificultado pelo isolamento social. E esse quadro se agrava quando alguns marcadores sociais são considerados, como gênero, cor, nível de escolaridade, entre outros.

De acordo com o Atlas de Segurança pública de 2019, 74,5% das pessoas assassinadas em intervenções policiais são pretas ou pardas e 61% das mulheres que sofreram feminicídio no período eram negras. Conforme a Síntese de Indicadores Sociais (SIS) do IBGE, enquanto 72,1% dos domicílios onde vivem pessoas majoritariamente brancas possuem acesso simultâneo aos serviços de água, esgotamento e coleta de lixo, esse índice cai para 54,5% quando a maioria dos moradores é negra ou parda, o que decorre da associação de indicadores de moradia e pobreza.

A PNAD COVID-19, mostra ainda que, no Brasil, 7 milhões de pessoas estavam afastadas do trabalho devido ao distanciamento social, no período de 5 a 11 de julho de 2020, sendo que o maior contingente (26,8%) era de trabalhadores domésticos. Dos 8,2 milhões que estão em trabalho remoto, 31,9% tem curso superior ou pós-graduação. Outros 19,2 milhões não procuraram trabalho por conta da pandemia ou por falta de trabalho na localidade e 29,5 milhões tiveram rendimento menor do que o normalmente recebido. Do total de domicílios brasileiros, informa a PNAD COVID-19, 43% estão recebendo auxílio emergencial.

Os dados aportados pelo IBGE em junho de 2020 mostram também que, os prejuízos financeiros e de saúde causados pela COVID-19 pesam muito mais sobre mulheres, negros e pobres. Conforme o Instituto, 39% de trabalhadores em regime de informalidade são pretos e pardos, enquanto

29,9% são brancos. Autônomos e informais foram os trabalhadores mais afetados pela pandemia em termos de rendimento. E mesmo aqueles que não tiveram a renda afetada mais significativamente, como entregadores e trabalhadores de serviços essenciais, estão mais expostos ao contágio. É importante registrar também o crescente número de acidentes que envolvem entregadores. Segundo a Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT) houve um crescimento de cerca de 30% de acidentes em relação ao mesmo período no ano passado e os níveis de letalidade aumentaram em cerca de 40%.

A desigualdade de gênero também se evidencia nos dados aportados pelo IBGE, em junho do corrente ano, a parcela de mulheres afastadas de sua atividade – e possivelmente sem salário –, foi da ordem de 18,3% enquanto o percentual relativo à população masculina foi de 11,1%. Conforme a PNAD COVID-19, quase a metade (48,4%) dos 11,8 milhões de trabalhadores nessa situação, exclusivamente devido à pandemia, ficaram sem receber salário nenhum. No Brasil, 1 milhão de famílias são chefiadas por mulheres sozinhas, cerca de 6 milhões de mulheres chefes de família recebem o auxílio emergencial de R\$ 1.200,00. Elas representam 65% dos trabalhadores da área da saúde no Brasil.⁴

A cada dez pessoas que relatam mais de um sintoma da doença, sete são pretas ou pardas – parcela da população fortemente dependente da informalidade e com condições de saneamento e habitação mais precária. Em relação a homens, mulheres têm saúde e trabalho mais prejudicados.

A professora da Universidade de São Paulo (USP) Denise Pimenta alerta, desde o início da pandemia, para o fato de que as mulheres estarão mais vulneráveis em situações de pandemias, endemias e epidemias em razão do que chama de “cuidados perigosos”, conceito trabalhado pela pesquisadora em sua tese de doutorado realizada com mulheres da África Ocidental, por ocasião da epidemia de ebola (PIMENTA, 2015). No conjunto de atividades que, segundo a

⁴ DEUTSCHE WELLE (IS. I.). **Mulheres e negros são os mais afetados pela covid-19 no Brasil, aponta IBGE**. 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/mulheres-e-negros-s%C3%A3o-os-mais-afetados-pela-covid-19-no-brasil-aponta-ibge/a-54303900>. Acesso em: ago. 2020.

pesquisadora, caracterizam o chamado "cuidado perigoso" estão os cuidados de familiares, amigos e vizinhos infectados, o que expõe de modo mais significativo as mulheres ao vírus do que os homens. No caso de adoecimento de outra mulher, a sua substituição também é realizada por elas nas funções de cuidado, constituindo um ciclo de exposição interminável.

No caso brasileiro, conforme a pesquisadora, esse fenômeno se reproduz em alguma escala, o que é agravado pela presença majoritária de mulheres na execução direta de serviços de saúde e em outras atividades de alta exposição, como limpeza, entre outros serviços essenciais. A sobrecarga acumulada pelas mulheres é reconhecida pela pesquisadora, que além do cuidado com a família, a limpeza e a gestão da casa, geralmente ainda se envolvem com iniciativas comunitárias.

Conforme o Ministério da Saúde, entre os dias 12 e 18 de julho de 2020 96 mil enfermeiros e auxiliares de enfermagem estavam contaminados, sendo os mais atingidos entre os profissionais da área de saúde, o número de óbitos chegava próximo a 300 no dia 24 de julho, segundo o Observatório do Conselho Federal de Enfermagem – (Cofen). Considerando que o governo Bolsonaro tem sido omisso em relação à pandemia, 50 entidades nacionais que representam mais de 1 milhão de trabalhadores da saúde brasileiros e que contam com apoio de entidades internacionais entraram com denúncia contra o presidente brasileiro no Tribunal Penal Internacional, com sede em Haia, iniciativa protocolada no dia 2 de agosto de 2020. O presidente é acusado de cometer "falhas graves e mortais" na condução da pandemia por COVID-19.

No trabalho remoto, as mulheres também são maioria (17,5%) em relação aos homens (9,7%), e Pimenta ressalta que, nesse sentido, o trabalho remoto tornou ainda mais penosa a conciliação entre tarefas familiares e profissionais realizadas pelas mulheres. A gestão de múltiplas obrigações e do trabalho ininterrupto, no cuidado da casa, das crianças, dos idosos, das entregas, da limpeza, realizadas ao mesmo tempo, faz com que as mulheres sofram mais situações de estresse do que

os homens. Soma-se a isso, ainda, o fato de que a violência doméstica cresceu 40% em abril de 2020, se comparada ao mesmo período em 2019.

A população indígena e a pandemia

Conforme estudos publicados pela Deutsch Welle (2020), emissora internacional da Alemanha, os modos de vida de muitos povos indígenas, tais como a convivência em casa coletivas e o compartilhamento de cuias, tigelas e outros objetos, criam uma exposição às doenças infecciosas a qual as demais pessoas que vivem nas cidades não estão submetidas, o que favorece as situações de contágio. Acompanhar a evolução da pandemia junto desses povos é um grande desafio na medida em que as notificações, que já não refletem a extensão do problema em relação a população em geral, no caso da população indígena ainda é mais distante da realidade, além do fato de a falta de desagregação de dados sobre indígenas dificultar a identificação das regiões e dos povos mais afetados. Soma-se a isso a dificuldade de acesso dessa população ao serviço de saúde, seja pela distância geográfica, seja pela insuficiência de profissionais da área da saúde para atendimento sistemático dessa população. Outro aspecto que agrava esse quadro é a ausência de dados em relação à população indígena que vive fora de suas terras, o que inclui os que habitam as cidades e aqueles que ainda aguardam a demarcação de suas terras.

O número de mortos contabilizados pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e as subnotificações computadas pelo Comitê Nacional de Vida e Memória Indígena estimam que o número de indígenas contaminados é da ordem de 21.646, dos quais 623 vieram a óbito, situação essa que afeta a 148 diferentes povos indígenas brasileiros (PLATAFORMA DE MONITORAMENTO DA SITUAÇÃO DA POPULAÇÃO INDÍGENA, 2020).

Além do número de mortos e contaminados, alguns aspectos culturais exigem protocolos especiais no tratamento dos povos indígenas, em respeito à sua diversidade cultural. Em algumas tribos, as celebrações fúnebres, impedidas pelo processo de contágio do novo Coronavírus, têm

um significado muito especial para garantir, segundo suas crenças, a continuidade espiritual do ente perdido e a saúde da tribo. Esses elementos complexos exigem mediações de pessoas especializadas para que os agravos, em sentido mais amplo, não sejam ainda maiores.

A Fundação Nacional do Índio (Funai) e a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), órgãos que trabalham com esses povos originários foram esvaziados durante o governo Bolsonaro. Especialistas no trabalho com povos originários afirmam, através da Plataforma de Monitoramento da situação indígena na pandemia do novo Coronavírus (COVID-19) no Brasil que, algumas tribos, cujo número de integrantes já era reduzido, podem ser simplesmente dizimadas durante a pandemia (Sesai, 2020).

Além de alguns elementos aqui destacados que pontuam os impactos da crise no estado social na particularidade brasileira, em especial para os segmentos populacionais que, por seus marcadores sociais, sofrem maior desigualdade, se tem ainda o agravante da crise política, que reforça esses processos. São inúmeros os fatos e dados que a evidenciam.

A crise política no Brasil e a pandemia

O Brasil tem um Governo envolvido sistematicamente em polêmicas e investigações sobre milícias, movimentos antidemocráticos, desvio de recursos públicos, lavagem de dinheiro, racismo. Marcam esse governo as expressões de ódio e desrespeito a adversários políticos, a negação da ciência e do conhecimento científico, a desvalorização das instituições, dos setores públicos, dos servidores públicos, da universidade pública, do meio ambiente e dos direitos humanos. A negação e desresponsabilização em relação a pandemia e aos agravos por ela provocados também tem caracterizado sua postura.

O General Eduardo Pazuello, atual ministro da saúde, foi empossado durante a pandemia, é um militar, sem qualquer experiência na área de saúde, e tem se limitado a cuidar da logística para enfrentar a pandemia. Entre suas atividades estão a compra de respiradores, de equipamentos de

proteção, o cuidado com a viabilização de hospitais de campanha, medicamentos etc., contudo, sem que o governo federal estabeleça uma política e lidere uma articulação entre os entes federados para dar direção a esse enfrentamento. Mesmo considerando o restrito trabalho realizado pelo Ministro da Saúde, são frequentes as queixas de estados e municípios quanto a falta de medicamentos, prejudicando o atendimento da população infectada, cada vez em maior número. As atenções do governo centram-se em questionar o isolamento social prolongado e a buscar apoio de parlamentares do chamado "centrão", ofertando cargos para barrar um possível *impeachment* do presidente, processo duramente criticado por Bolsonaro durante a campanha, chamado por ele de "velha política", a qual se comprometera a suplantar no seu governo. O presidente é visto frequentemente provocando aglomerações, aproximando-se das pessoas, muitas vezes sem o uso da máscara, apertando mãos e dando abraços, como se a pandemia não existisse.

No meio ambiente, o governo sofre pressões internacionais e, mais recentemente, até do empresariado brasileiro, por conta do crescimento de uma política ambiental predatória, que além do prejuízo à manutenção de reservas de importância mundial, acaba por diminuir a atração de capital estrangeiro, incomodando até mesmo aos neoliberais, que anseiam por esses investimentos.

O ministro Ricardo Salles, do Meio Ambiente, está extremamente desgastado por suas posturas de confronto sistemático com outras instâncias, tais como os poderes legislativo e o judiciário, contrários à devastação do meio ambiente, e também por ter desmontado estruturas de controle do desmatamento, tanto institucionais como consultivos, dos quais participavam governadores e representantes da sociedade civil. Mesmo assim, segue buscando a flexibilização de regras de controle ambiental. Aproveita-se da atenção da população e da mídia para a pandemia, para, em suas palavras, "passar a boiada",⁵ expressão utilizada pelo Ministro durante reunião ministerial amplamente divulgada

⁵ SENADORES pedem investigação e afastamento de Salles por fala de "passar a boiada". *Brasil de Fato*, 2020. Disponível em: www.brasildefato.com.br. Acesso em: 22 maio 2020.

pela mídia, quando referia-se à aprovação de regras de controle ambiental sem o necessário debate com a sociedade e com os parlamentares. (Brasil de Fato, 2020) Recentemente, Salles, criando nova polêmica relacionada ao descaso do governo com o cuidado ambiental, propôs a redução das metas previstas para contenção do desmatamento no país previstas no plano plurianual. Além disso, o ministro suspendeu a fiscalização para impedir a mineração ilegal em terras indígenas, cuja depredação já está bastante avançada, alegando que os indígenas querem o garimpo em suas terras e que tem o direito de "se desenvolverem", provocando mais polêmicas acerca da devastação de terras e ocupação de terras indígenas para mineração.⁶

A instabilidade também se evidencia na troca sistemática de lideranças. Em menos de dois anos de governo foram trocados 12 ministros e dois secretários de cultura. Os militares, da ativa ou da reserva, estão cada vez em maior número no governo. Atualmente (agosto de 2020) são nove ministros militares, além do vice-presidente, de um total de 17 ministérios, duas secretarias e quatro órgãos equivalentes a ministérios.

Além da instabilidade gerada pela mudança de lideranças, em meio a polêmicas com o presidente ou com outras instâncias democráticas em razão de posturas e declarações inadequadas ou por recusarem-se a cumprir determinações de Bolsonaro, que insiste em interferir em suas pastas, a narrativa governamental também é instável, marcada por reveses e contraordens que caracterizaram esse governo, desde o início do mandato. Por fim, as relações acirradas, ou no mínimo oscilantes, com o Supremo Tribunal Federal (STF) e com o legislativo são também elementos dignos de destaque que corroboram com o processo.

Na mesma direção, cabe menção às posturas de desrespeito a governadores e prefeitos, desrespeito às regras instituídas em relação à pandemia e as posturas irresponsáveis, como vídeos fazendo propaganda de medicamentos

para uso por pessoas infectadas pelo COVID-19, sem a devida comprovação científica, e que podem provocar agravos à saúde, caso seu uso não seja orientado por um especialista. Isso, sem considerar as exposições desastrosas no plano internacional, situações delicadas com importantes parceiros, como a Argentina e a China, desvalorização de instituições como a Organização Mundial da Saúde (OMS) ou ONG internacionais reconhecidas por seu trabalho em defesa do meio ambiente, das populações indígenas ou de direitos humanos, em razão de declarações, no mínimo, inadequadas, do presidente ou de lideranças que compõem ou compunham o governo. As relações desastrosas no plano internacional também se reproduzem no trato com movimentos sociais no Brasil, como o Movimento Negro

Sergio Camargo, nomeado por Bolsonaro para presidir a Fundação Palmares, chamou o movimento negro de "escoria maldita". Entre outras coisas, o presidente da Fundação defendeu a extinção do movimento negro, negou o racismo no Brasil, afirmou que a escravidão benéfica aos afrodescendentes e que no Brasil existe um "racismo Nutella", diferente do racismo real, que na sua concepção, existe nos EUA. Ressalte-se que a Fundação Palmares tem por objetivo promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira.⁷

Entre as ações realizadas pelo presidente da Fundação estão ataques a religiões de matriz africana, censura à publicação da biografia de heróis negros no *site* da Fundação e o explícito desejo do dirigente de terminar com o Dia da Consciência Negra.

No interior do governo Bolsonaro existe uma disputa de hegemonia interna entre a base fundamentalista, a base militar e os neoliberais ortodoxos. Havia, ainda, uma terceira base apoiadora, composta pelos lavajatistas, porém com a saída do ministro da Justiça Sergio Moro, o governo perdeu o apoio de boa parte desse grupo, o que

⁶ GOVERNO suspende garimpos ilegais em terra indígena no Pará após visita de Ministro. *G1 Natureza*, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2020/08/06/defesa-suspende-acoes-de-co>. Acesso em: ago. 2020.

⁷ Disponível em: www.terra.com.br. *Terra*, 2 jun. 2020. Acesso em: maio 2020; APÓS decisão da Justiça governo suspende nomeação do presidente da Fundação Palmares. *Portal Geledés*, 11 jun. 2019. Disponível em: www.geledes.com.br. Acesso em: maio 2020.

fragilizou sua unidade. O governo Bolsonaro tem como meta a minimização total do estado social, a privatização em larga escala e a entrega do patrimônio nacional ao capital estrangeiro, em que pese seu discurso nacionalista.

Nessa direção, faz parte de seu projeto a flexibilização máxima do trabalho, o desmonte de instâncias organizativas, de direitos sociais, bem como a transformação das políticas públicas em novos nichos de mercado, em especial a educação e a saúde, que já vinham sofrendo processos de privatização. A Reforma Trabalhista e a Reforma da Previdência são fundamentais nesse processo (PRATES, 2019). O discurso da capitalização da Previdência, abandonado inicialmente pelo governo para que a reforma passasse na Câmara, volta a fazer parte do discurso do ministro da Economia Paulo Guedes, além da proposta de novo imposto sobre transações financeiras, em plena pandemia.

Na educação, após muitos contratempos e indicações que não se concretizaram, o novo ministro foi nomeado recentemente indicado pela base ideológica bolsonarista. Milton Ribeiro, o quarto ministro da Educação no governo Bolsonaro, é formado em teologia e direito, é pastor presbiteriano e vem da iniciativa privada. Foi reitor da Mackenzie e é militar reformado. Tem enormes desafios a serem enfrentados, entre os quais lidar com um vácuo na educação, deixado pelos ministros anteriores, que até então, não apresentaram um projeto à área, apesar da centralidade dessa política. O Conselho Nacional de Educação não conta mais com a representação de estados e municípios, e, recentemente, incluiu como novos representantes, olavistas indicados por Abraham Weintraub, ex-ministro da Educação. O ministério teve ministros até então vinculados à base ideológica do governo (que se fundamenta em Olavo de Carvalho), polêmicos e desastrosos, como Ricardo Vélez Rodríguez, Weintraub, Carlos Alberto Decotteli, único indicado pela base militar, mas que sequer chegou a assumir o cargo, em razão de incongruências no seu currículo. Já de início um dos principais desafios do Ministro da Educação era lidar com o debate urgente acerca

do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), mas a negociação ficou a cargo do ministro da Economia, a partir de proposta lançada a última hora pelo governo, que retirava do Fundeb recursos para custear o Programa Renda Brasil, uma atitude de desrespeito e interferência na pasta do novo ministro e descaso para com os recursos destinados à educação. O governo amargou grande perda com a aprovação do Fundeb pelo legislativo sem os cortes previstos pelo governo, embora não a reconheça publicamente. A Educação superior, por sua vez, está passando por uma mudança no processo de avaliação, que vai ter impactos significativos na sua conformação, com a previsão de redução de áreas e de programas.

A perspectiva de redução de áreas é de 49 para aproximadamente 11, sem qualquer diálogo com a comunidade acadêmica. A pós-graduação brasileira já amargou uma drástica redução no financiamento de bolsas, além das incertezas provocadas pela COVID-19, que na educação, em razão da necessária aproximação social para o retorno de aulas presenciais, exige protocolos peculiares. A ênfase de sua gestão, informa o novo ministro, será na educação básica, indiscutivelmente necessária, mas a ala ideológica, conservadora, sem dúvida buscará incidir com valores tais como a negação dos marcadores de gênero, raça e etnia na formação, a inibição dos debates sobre sexualidade, dos debates relacionados à preservação do meio ambiente, entre outros retrocessos conservadores, que têm sido a tônica da narrativa desse governo.

Ainda no plano do ensino superior, onde formamos os profissionais que atenderão a população nos mais diversos serviços, essa base e o presidente são explicitamente contrários ao pensamento crítico e à liberdade de pensamento, a universidade pública e aos servidores públicos, como já destacado anteriormente. Soma-se a isto a desvalorização das áreas humanas e sociais, e a ameaça à autonomia universitária.

Não foram poucas as declarações de lideranças do governo que se manifestaram contrárias a privilegiar pesquisas e políticas sobre temas como di-

reitos humanos, diversidade humana e o tema das violências. No último relatório de Desenvolvimento Humano publicado pelo governo foram retirados os dados de violência policial, contraprova de que a visibilidade aos dados sobre violência não é priorizada. As lideranças do governo se contrapõem ainda a lutas antirracistas, feministas, de minorias, a consciência ambiental, aos estudos relacionados a povos tradicionais, como a população indígena, os quilombolas, entre outros, o que mostra serem contrários, portanto, a uma educação democrática, substantiva e inclusiva.

Por fim, em razão da pandemia, a tendência a acentuar-se o abandono dos estudos por alunos que não terão como permanecer nas unidades de ensino é significativa. Dados da Consultoria Atmã Educar indicam que em 2020 na educação superior haverá uma queda de 17% nas matrículas de novos alunos previstos para o segundo semestre do ano. Significa dizer que de 625 mil novos alunos previstos, apenas 180 mil devem matricular-se. O estudo prevê do mesmo modo, uma queda nas matrículas de meio de ano da ordem de 70%. No ensino superior, no Brasil, as instituições privadas são da ordem de 2.238, enquanto as públicas são apenas 299. As matrículas realizadas em 2018 foram da ordem de 2.077.481 em instituições públicas, enquanto nas instituições privadas chegaram a 6.373.274 (Abrafi, 2020).⁸

Os polos de ensino a distância, em instituições privadas chegam a 10.310, segundo o Censo da Educação Superior de 2018.⁹ Os estados brasileiros que mais concentram instituições privadas são respectivamente São Paulo, com 506 unidades de ensino; Minas Gerais, com 281; Paraná, com 182; Bahia, com 136; Rio Grande do Sul, com 111; e Rio de Janeiro, com 109. Os presidentes da Kroton, atualmente chamada Cogna, e da Ser Educacional estimam que a expectativa de chegar no Brasil aos 50% de alunos no nível superior na modalidade EaD seja antecipada, entre outras razões, porque os alunos não poderão custear

o ensino presencial (DESIDÉRIO, 2020)

Por outro lado, a Organização das Nações Unidas (ONU) manifesta sua preocupação com aqueles alunos que não estão conectados ou não dispõem de equipamentos adequados para acompanhar as aulas, segundo dados da Organização, são mais de 1 bilhão de alunos sem aulas e que, ficarão para trás.¹⁰

À guisa de uma breve totalização provisória

Como foi possível evidenciar a partir dos dados e reflexões aportadas anteriormente, a crise provocada pela pandemia imposta pelo COVID-19 afeta o conjunto da população, mais de modo mais acirrado e nefasto a segmentos que historicamente foram e são submetidos a processos que os subalternizam em relação aos demais, ampliando as refrações das desigualdades em suas vidas.

Nesse sentido, ações afirmativas são fundamentais e iniciativas que priorizem o atendimento a essas populações, como negros e mulheres. Essas condições desiguais históricas, mesmo antes da pandemia, foram agravadas pelo desmonte de políticas públicas, como parte do projeto ultraconservador que se instala no Brasil após a eleição de Jair Bolsonaro. Contudo, mesmo antes, ainda no governo Temer, esse terreno foi preparado por medidas como a EC 95, que congelaram investimentos absolutamente necessários à proteção social da população.

Os endividamentos cresceram em todo o planeta e não está afastada a possibilidade de uma segunda onda de contágios, o que encontraria governos, empresas e famílias endividados, sem recursos, ou com poucos recursos para novos investimentos.

Associadas a essa pandemia de proporções imensas, no caso brasileiro estão as refrações de um capitalismo periférico e dependente de um contexto histórico marcado pelo colonialismo, pelo escravismo, pela ditadura, pelo patrimonialismo e pela busca de conciliação entre classes

⁸ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MANTENEDORAS DAS FACULDADES ISOLADAS E INTEGRADAS (ABRAFI). **Crescimento do EAD no Ensino Superior**. 2020. Disponível em: www.abrafi.org.br. Acesso em: ago. 2020.

⁹ DESIDÉRIO, Mariana. A hora do Plano B. *Revista Exame*, ano 54, n. 12, edição 1212, jun. 2020.

¹⁰ PANDEMIA impactou mais de 1 bilhão de estudantes diz secretário da ONU. *Revista Crescer*, 2020. Disponível em: www.revistacrescer.globo.com. Acesso em: 4 ago. 2020

antagônicas, mesmo durante governos populares. Essa situação, no entanto, é agravada por um governo conservador, em permanente crise política, que não prioriza o enfrentamento da pandemia, mas ao contrário, a nega e aproveita-se da crise para reduzir ainda mais o estado social. Em um momento em que o País atinge a marca de quase 2 milhões de infectados e amarga a perda de 100 mil vidas, o único comentário do presidente foi "lamentamos as mortes, 100 mil né? Mas vamos tocar a vida e tentar se safar desse problema".¹¹

Chegamos, portanto, a uma encruzilhada, entre a barbárie e o necessário investimento na recuperação de um sujeito coletivo e ético, humano-genérico compromissado com o seu tempo histórico e com a transformação dessa forma primitiva de sociabilidade. Pesquisar e tecer reflexões acerca da violação de direitos e de suas raízes que têm como principais fundamentos o modo de produção capitalista, com a sua lei geral de acumulação e a luta de classes, que se explicitam nas mais variadas formas de refrações e de modo mais acentuado na vida de segmentos historicamente subalternizados, é uma importante forma de resistência. Dar visibilidade aos múltiplos determinantes que originam e reproduzem as desigualdades no cotidiano é fundamental para romper com a sua naturalização e mobilizar a sociedade para o seu enfrentamento ou não conseguiremos respirar, como George Floyd, trabalhador negro, morto sufocado, covardemente pelo policial branco, americano.

Referências

ARANHA, Carla. O Brasil do atraso. *Revista Exame*, ano 54, n. 12, ed. 1212, jun. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MANTENEDORAS DAS FACULDADES ISOLADAS E INTEGRADAS (ABRAFI). Crescimento do EAD no Ensino Superior. [S. l.]: Abrafi, [2000?]. Disponível em: www.abrafi.org.br. Acesso em: ago. 2020

BBC News Mundo. Coronavírus: os 10 países que mais gastaram para enfrentar a pandemia de covid-19. *BBC News Mundo*, [s. l.], maio 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52721417>. Acesso em: jun. 2020.

BRASIL DE FATO. Senadores pedem investigação e afastamento de Salles por fala de "passar a boiada". *Brasil de fato*, [s. l.]. Disponível em: www.brasildefato.com.br. Acesso em: 22 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI. Brasília, DF: Ministério da Saúde. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/noticias/sesai>. Acesso em: ago. 2020.

G1 Política. "Vamos tocar a vida", diz Bolsonaro, após 100 mil mortes por Covid-19. G1 Política, [s. l.], 2020. Disponível em: www.g1.globo.br. Acesso em: ago. 2020

G1 Natureza. Governo suspende garimpos ilegais em terra indígena no Pará após visita de Ministro. *G1 Natureza*, [s. l.], 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2020/08/06/defesa-suspende-acoes-de-co>. Acesso em: ago. 2020.

IBGE. PNAD Continua, 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/17270-pnad-continua.html>

IBGE. PNAD Continua, 2020, quadro sintético do primeiro trimestre. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/17270-pnad-continua.html>

DESIDÉRIO, Mariana. A hora do Plano B. *Revista Exame*, ano 54, n.12, ed. 1212, jun. 2020.

DEUTSCHE WELLE BRASIL (DW Brasil). O impacto cultural da pandemia de coronavírus sobre povos indígenas. *DW Brasil*, [s. l.], 2020. Disponível em: www.dw.com/pt-br. Acesso em: ago. 2020.

DEUTSCHE WELLE BRASIL (DW Brasil). Mulheres e negros na pandemia. *DW Brasil*, [s. l.], 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/mulheres-e-negros-s%C3%A3o-os-mais-afetados-pela-covid-19-no-brasil-aponta-ibge/a-54303900>. Acesso em: ago. 2020

MARQUES, Rosa M.; NAKATANI, Paulo. Brasil: as alterações institucionais no período recente e o novo governo. *Revista Textos & Contextos (Porto Alegre)*, Porto Alegre, v. 18, n. 2, 2019. <https://doi.org/10.15448/1677-9509.2019.2.36288>.

MARX, Karl; ENGELS, F. *O Capital*. 13. ed. Livro I. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. v. 1.

MARX, Karl. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011.

PLATAFORMA de monitoramento da situação indígena na pandemia do novo coronavírus (Covid-19) no Brasil [online]. Disponível em: <https://covid19.socioambiental.org/>. Acesso em: ago. 2020.

PIMENTA, Denise. Desigualdade de gênero deixou mulheres mais vulneráveis na epidemia de ebola. Entrevista Jornal da USP em 12/09/2019. *Jornal da USP*, 2015. Disponível em: <https://www.jornal.usp.br>. Acesso em: jun. 2020.

¹¹ "VAMOS tocar a vida", diz Bolsonaro, após 100 mil mortes por Covid-19. G1, Política. 2020. Disponível em: www.g1.globo.br. Acesso em: ago. 2020.

PORTAL GELEDÉS. Após decisão da Justiça governo suspende nomeação do presidente da Fundação Palmares. Portal Geledés, [s. l.], 11 jun. 2019. Disponível em: www.geledes.com.br. Acesso em: maio 2020

PRATES, Jane C. Trabalho profissional do/a Assistente Social: estratégias de resistência em tempos de regressão de direitos. *Revista Textos & Contextos (Porto Alegre)*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, 2019. <https://doi.org/10.15448/1677-9509.2019.1.34236>.

PRATES, Jane C. As Ameaças do Tempo Presente aos Direitos Conquistados: uma morte anunciada. Artigo. *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, Porto Alegre, v.15, n. 2, 2016. <https://doi.org/10.15448/1677-9509.2016.2.26234>.

REVISTA CRESCER. Notícia: Pandemia impactou mais de 1 bilhão de estudantes diz secretário da ONU 04 de go de 2020. *Revista Crescer*, [s. l.], 2020. Disponível em: www.revistacrescer.globo.com. Acesso em: ago. 2020.

TERRA Política: Movimento negro é "escória maldita" diz Sergio Camargo. *Terra*, [s. l.], 2 jun. 2020. Disponível em: www.terra.com.br/veiculado. Acesso em: maio 2020.

UOL Folha. Cotidiano Coronavirus. Dados sobre covid-19 no Brasil e no Mundo. *Folha UOL*, [s. l.], 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/coronavirus>. Acesso em: ago. 2020.

Jane Cruz Prates

Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGSS/PUCRS), em Porto Alegre, RS, Brasil. Professora e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em Porto Alegre, RS, Brasil. Editora da revista *Textos & Contextos* (Porto Alegre).

Endereço para correspondência

Jane Cruz Prates

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Av. Ipiranga, 6681, prédio 8, sala 402.7

Partenon, 90619900

Porto Alegre, RS, Brasil